



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10748 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

**A INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: O PROCESSO DE UMA ESCOLHA TARDIA**

Kaue Tortato Alves - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

### **A INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: O PROCESSO DE UMA ESCOLHA TARDIA**

Neste trabalho discutem-se aspectos de uma pesquisa em andamento que tem como foco a interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Examinam-se achados historiográficos sobre o desenvolvimento de políticas de interiorização das Universidades Federais e, na especificidade desta pesquisa, às relacionadas à UFSC. Questiona-se: como o contexto social e histórico em que emergiram os debates sobre a criação da UFSC condicionaram a temporalidade da sua interiorização, antes da criação dos atuais *campi* fora de sede. O texto que segue encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, trata-se sobre os resultados da busca por fontes historiográficas que narram os eventos inerentes à criação e manutenção da UFSC como instituição de *campus* único e restrito à capital de Santa Catarina; na segunda parte, descrevem-se as primeiras tentativas de expansão da Universidade para cidades distintas da sede.

A universidade em Santa Catarina teve previsão na Constituição de 1947 do Estado de Santa Catarina que em seu artigo 180º versa: “O estado poderá criar ou subvencionar o ensino superior, ministrado quer em faculdades ou escolas independentes, quer em uma Universidade”; e no Art. 24º das disposições transitórias: “O estado promoverá estudos para criação da Universidade de Santa Catarina”. A criação no regime e pessoa jurídica de direito privado da Fundação Universidade de Santa Catarina, foi instituída pela Lei Estadual nº 1362, de 29 de outubro de 1955. No Art. 9º da referida lei está claro que caberia ao governador nomear o Encarregado dos estudos da criação da Universidade de Santa Catarina. O escolhido foi o Prof. Henrique Fontes (1885-1966), que exerceu o cargo por seis anos ininterruptos de 26 de novembro de 1955 a 06 de novembro de 1961. No linguajar da lei, o encarregado deveria “entender-se com as escolas superiores já existentes no estado para sua incorporação

na Universidade”.

Mas, como o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto 19.851 de 1931, alterado pelo Decreto-lei nº 8457 de 1945, em seu inciso I do Art. 5, determinava que para que uma instituição de ensino superior fosse reconhecida como Universidade, deveria “I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: faculdade de filosofia, faculdade de direito, faculdade de medicina, faculdade de engenharia” (BRASIL, 1931, 1945). Não sendo nessas áreas, as faculdades reunidas não formariam universidades. No caso da futura Universidade de Santa Catarina (USC), das três, a primeira faculdade entre as requisitadas foi a de Direito, criada em 1932. A segunda, foi a “Faculdade Catarinense de Filosofia”, concebida em 1951 por professores da congregação da faculdade de Direito, dentre eles Henrique Fontes, a qual somente foi autorizada em 24 de dezembro de 1954, nos cinco primeiros anos ocupou as dependências de colégio administrado pela congregação dos jesuítas - o Colégio Catarinense. No entendimento de Fontes (2016, p. 27), sem tal Faculdade não seria possível concretizar a almejada Universidade de Santa Catarina. A terceira foi a Faculdade de Medicina, concebida em 20 de dezembro de 1956, porém inaugurada apenas em 18 de fevereiro de 1960, após a realização do primeiro vestibular. Bristot (2010, p. 175), ao analisar este período, traz depoimento do médico Prisco Paraíso (1927-2020) - um dos fundadores do curso de Medicina – que destaca a importância da Faculdade de Medicina, em detrimento da Faculdade de Filosofia, para a concretização de uma universidade; segundo o médico “o triunvirato necessário, exigido à época para uma universidade, estava completo: Direito, Filosofia e Medicina”. Dalcastagne (2010, p.311) destaca fala de Caspar Stemmer (1930-2012) – reitor da UFSC no período de 1976 a 1980 – que comenta a visão de David Ferreira Lima (1910-2001), na época diretor da Faculdade de Direito e posteriormente primeiro reitor da UFSC, este “entendia que numa universidade tinha de haver um tripé indispensável, que era constituído por Medicina, Engenharia e Direito”, o que revela nova tentativa de obscurecimento da importância de Henrique Fontes e a faculdade de Filosofia. Como as Faculdades de Direito e de Medicina haviam sido criadas, faltava a Faculdade de Engenharia para atingir o padrão de universidade almejado pelo ex-reitor. Porém, constata-se que desde 1956 tinha sido criada a Faculdade de Engenharia Industrial na cidade de Joinville, norte do Estado. No entanto, talvez por existir apenas formalmente, sem ter iniciado suas atividades letivas ou por motivo ainda desconhecido pelos autores, foi desconsiderada na fundação da USC.

Para entender as questões inerentes à criação e localização da UFSC é preciso ter presente que desde a criação, como USC, persiste a polêmica envolvendo o protagonismo de dois personagens: Henrique Fontes e David Ferreira Lima. As divergências são transpassadas por aspectos tais como: política partidária (União Democrática Nacional - UDN ou Partido Social Democrático - PSD, respectivamente), afiliação a oligarquias locais (Konder-Bornhausen ou Ramos) e relacionadas a decisões institucionais da USC quanto à mantenedora (inicialmente estadual para o primeiro e federal para o último), à localização (Bairro da Trindade ou Centro da cidade) e à concepção espacial da universidade [uma Cidade

universitária com residências para estudantes e professores ou um Centro Universitário com espaço(s) exclusivo(s), mas inserido(s) na malha urbana]. Entretanto, mesmo à época da definição da localização da Cidade Universitária da USC, polarizada entre as fazendas Assis Brasil (Bairro da Trindade) e da Molenda (na rua Bocaiúva, Centro), destaca-se em Silva (2000), as memórias de conselheiros universitários da época, sobre conjecturas de interiorizar USC. Em entrevista à autora, Paulo Lago (1931-2002) afirma:

Eu questionava o fato de uma universidade espacialmente[sic] centralizada só na ilha de Santa Catarina [...]. Isso porque [...] a ilha era considerada uma área extremamente delicada para comportar um processo muito massivo. [...] Então eu alimentava a idéia[sic] que a universidade tinha que ser um fator de integração do Estado, porque isso era uma frustração muito grande do catarinense naquela época, que o Estado não estava integrado à capital. [...] nós tínhamos que ir ao encontro da demanda dos estudantes universitários do Vale do Itajaí, do Planalto, etc. Isso eu cheguei a levar ao Conselho, mas ninguém entendia. (LAGO in SILVA, 2000).

E Roberto M. de Lacerda (1925-2009), reitor da UFSC no período de 1972 a 1976, independentemente e sem citar Lago, corrobora com essa memória:

P: [...] além do Campeche, parece que haveria uma discussão sobre o Estreito, também, para a localização do conjunto universitário [...].

R: Estreito, Palhoça, Lages [...].

P: Lages também?

R: E, Lages, Blumenau. Possibilidade da[sic] universidade ter campus em outras localidades do Estreito, como a UDESC criou mais tarde. (Lacerda RM in SILVA, 2000).

Entre as décadas de 1950 e 1970, o país foi tomado pelo ideário desenvolvimentista e tecnicista e, em Santa Catarina e na UFSC, não foi diferente. Nessa conjuntura, os “desequilíbrios regionais” emergem como entraves ao projeto de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, nacional. Por exemplo, em 1971, Nereu do Vale Pereira (1928-presente), que posteriormente (1972-1977) seria presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), manifestava-se temeroso pela ausência de centralização/polarização, que poderia causar uma “subdivisão perigosa para o estado barriga-verde, capaz de gerar seu próprio desaparecimento como Estado federado” (PEREIRA, 1971, p. 33). Para Pereira e a Escola Superior de Guerra (ESG) a descentralização era tida como um problema (AZEVEDO, 1988, p.8), pois estava em voga no Brasil a influência teórica da “geografia ativa” que classificava e planejava o território conforme “regiões homogêneas” e “efeitos de polarização” exercidos por centros urbanos de interesse dotados de instituições e equipamentos terciários (Universidades, Hospitais, Bancos, Serviços).

Por outro lado, Celestino Sachet (1930-presente) defendia que era “inviável para Santa Catarina uma política de centralização do ensino superior na Capital. Uma das formas de arredar-se o caráter elitizante do ensino superior é situá-lo espacialmente o mais próximo possível do futuro aluno” (SACHET, 1971, p.73). Vale lembrar que o autor foi reitor da UDESC (em uma época que a universidade não era totalmente gratuita), e assim como Pereira foi membro do Conselho Estadual de Educação (CEE) e recebeu formação da Associação dos

Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Contudo, para solucionar a duplicação de cursos, saturação de campos profissionais e concentração de escolas superiores em poucas regiões, o autor apregoa a mesma estratégia defendida por Pereira e pela ADESG: “divisão do país em regiões educacionais” (SACHET, 1971, p. 73). Sobre essa época, Thomé (2003, p. 12) narra: “o Ministério da Educação dividiu o País em Distritos Geoeeducacionais - DGEs, cabendo o 34º a Santa Catarina, por sua vez subdividido em oito subdistritos” - identificados pela sigla SDGE.34.#, sendo # um número de 1 a 8. A política de DGEs perdurou pelo menos até 1993.

Nesse contexto, entre os anos de 1968 e 1970 desenhava-se em Santa Catarina o mapa que visava “disciplinar” o processo de expansão e regionalização (nichos de mercado) do ensino superior, para que ocorresse “harmonicamente”. Conforme Sachet (1971, p.76) o *Primeiro Colóquio sobre Regionalização do Ensino Superior* (I CRES) foi realizado nos dias 30 de novembro e primeiro de dezembro de 1968 em Florianópolis, no qual instituiu-se a Comissão de Estudos para o Desenvolvimento do Ensino Superior em Santa Catarina (CEDESC) composta por representantes do CEE, UFSC, UDESC e as fundações de Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma, Oeste Catarinense e Auto Vale do Itajaí, Autarquia de Itajaí. O II CRES foi realizado em Lages, em 29 e 30 de junho de 1970, e houve definições fundamentais à minuta do documento “Plano de Expansão do Ensino Superior de Santa Catarina”, datado de 23 de outubro de 1970 e subscrito por Anibal Nunes Pires (CEE), Celestino Sachet (UDESC), Pedro José Bosco (SEC), Samuel Fonseca (UFSC). Tal documento continha uma divisão regional expressa em: Grande Florianópolis, Norte-Nordeste, Litoral Sul, Bacia do Itajaí, Planalto de Lages, Bacia do Rio do Peixe e Oeste. O documento, ainda restringe a autorização de novas escolas superiores que não estivessem “integradas ou agregadas à instituição universitária superior[sic] já existente” na região e determinava a vinculação dos estabelecimentos existente a uma entidade universitária, única em cada região assim como definia as carreiras prioritárias (educação, saúde, tecnologia), preferencialmente em curta duração.

Apesar de não ser aplicável à rede federal, cogita-se que tal documento ilustra a racionalidade de muitos membros do CEE na década de 1970, sobre a qual Thomé (2002 p.121) narra: “destacados membros do CEE e líderes da UFSC se opunham tenazmente contra a instituição de escolas de nível superior no interior do Estado, também invocando a tese da falta de maturidade e de massa crítica asseguradora de qualidade de ensino.” (CEE/SC, 1992 *apud* TOMÉ, 2002, p.123).

Para Tabalipa (2015), a ambiguidade em alguns pontos (Art. 7º) do “Plano de Expansão do Ensino Superior de Santa Catarina” favoreceu a delegação da organização da política de ensino superior, e sua respectiva interiorização, a uma entidade com personalidade jurídica de direito privado e função precípua de mantenedora (da UDESC) e co-mantenedora (fundações municipais). Tal entidade veio a institucionalizar-se posteriormente em 1974 como Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Siewerdt (2018, *apud* DOURADO, 2001), sustenta que foi a partir do II Plano Estadual de Educação Catarinense

(1980-1983), que o Poder Público transferiu para uma instituição privada a prerrogativa de controle do processo de regionalização e estruturação de um sistema catarinense de educação superior.

Pegoraro (2012) destaca que houve um processo político que teve por finalidade a aglutinação de forças para impedir a criação de uma Universidade Federal no Oeste de Santa Catarina. O confronto ocorreu durante encontro sobre educação superior promovido pela UFSC e o MEC, realizado em Chapecó-SC, em agosto de 1980, ocasião em que se materializa a proposta da Federação de Fundações do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC). Segundo o autor,

a intenção do encontro era, tendo como base a fundação sediada em Chapecó, criar mais uma universidade federal em Santa Catarina, em que Chapecó absorveria as demais fundações do Meio Oeste e Oeste do Estado, as lideranças do Meio-Oeste, presentes, preocupadas com o desaparecimento de suas instituições de origem, lideradas pelo prof. Francisco Ansilero, da FUOC de Joaçaba, reuniram-se e fizeram uma contraproposta de criação de universidade federal no Meio-Oeste a partir da federalização das fundações aí existentes. (PEGORARO, 2012, p. 142).

Pegoraro (2012, p. 143) cita Denardi (2006), que assim relata o final do encontro: “Com a apresentação da minuta, acabou o seminário, pois foi por terra toda a proposta que eles tinham feito, isso por que[sic] nós estávamos nos unindo em torno da FEMOC. A partir daí, a ideia da FEMOC tomou conta, por que nós precisávamos, realmente, sobreviver.”

Voltando à UFSC, um passo importante para o atendimento da população do interior de Santa Catarina ocorreu quando em 1966, sob a direção de Caspar Stemmer na Escola de Engenharia Industrial da UFSC, as provas do vestibular de Engenharia Mecânica passaram a ser realizadas nas cidades de Blumenau, Lages e Tubarão, caracterizando assim como o primeiro “vestibular descentralizado” da UFSC. Isso só foi possível devido à prática da época: cada curso elaborava sua própria prova de vestibular. Conforme Dalcastagne (2010), esta descentralização do vestibular foi extinta com a Reforma Universitária, implantada na UFSC em 1970, mas retomada e implantada para todos os cursos de graduação em 1976, quando Stemmer assumiu a Reitoria.

Conforme Garces e Andrade (2010, p.303), o período em que Stemmer foi reitor (1976 a 1980), é lembrado como um momento de grande expansão da Universidade, no qual a UFSC dobrou sua área construída e criou 18 novos cursos de graduação, inclusive no período noturno.

Houve também, nas décadas de 1970 e 1980, a criação de *Campi* Avançados e um *Campus* Aproximado da UFSC. Os avançados foram criados no estado do Pará (Santarém e Itaituba) - no contexto do Projeto Rondon - e visavam inicialmente atender à demanda de professores e alunos do Curso de Serviço Social. Ao longo dos trabalhos no Pará, surgiram iniciativas das universidades da ACAFE, em janeiro de 1981 as instituições unificam os trabalhos sob o título “Projeto Santa Catarina no Tapajós” em um convênio entre o estado do

Pará, a UFSC e a ACAFE. Com relação, ao “*Campus Aproximado dos Vales de Araranguá e Mampituba - CAVAM*” que era situado no município de Praia Grande (SC), há portarias datadas de 1985 a 1990, que evidenciam que nesse *Campus* foram desenvolvidas “ações integradas” em convênio entre UFSC, Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e UDESC.

Conclui-se que, ironicamente, o argumento contrário à expansão da UFSC para o interior, com base na suposta “falta de maturidade e de massa crítica asseguradora de qualidade de ensino” também serviu de justificativa para a interiorização proposta no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no século XXI. Ele vem repaginado na demanda por reduzir-se a “concentração da Educação Superior e da produção acadêmica” na capital. Conforme a conveniência do capital, o processo dialético centralização-descentralização alternou-se, transportando parte exígua do fundo público do centro para a periferia. Presume-se que o forte acoplamento da sociedade civil com a sociedade política tornou a UFSC retardatária no processo de interiorização da educação superior catarinense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interiorização. Universidade Federal de Santa Catarina. Educação e contexto histórico e social.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Julia. Regionalização do Ensino: mecanismo de interação setorial (cultura/educação). **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 10, p. 8-28, 1988. Disponível em : <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/114/89&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&> Acesso em: 15 mai 2022.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das universidades brasileiras, dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. **Diário Oficial da União**, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 mai 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 8457, de 26 de dezembro de 1945. Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 19.851. **Diário Oficial da União**, 1945. Disponível em: [www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30328&tipoDocumento=DEL&tipoPUB](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30328&tipoDocumento=DEL&tipoPUB). Acesso em: 15 mai 2022.

BRISTOT, Lídia Schneider. **O Centro de Ciências da Saúde e suas histórias** In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Ed.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**.

Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

DALCASTAGNE, Marcos. **Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense**. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Ed.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

FONTES, Henrique da Silva. Primeiro Livro. Pensamentos, palavras e obras. **Primeiro Caderno da Faculdade de Filosofia**. In: AURAS, Marli; MAMIGONIAN, Armen. **Henrique da Silva Fontes: pensamentos, palavras e obras**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

GARCES, Juan Filipi; ANDRADE, Rodrigo Prates de. **O Centro Sócio-Econômico e suas Trajetórias**. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Ed.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

PEGORARO, Ludimar. Rivalidades regionais e políticas de educação superior: considerações sobre um exemplo político-autofágico no Oeste Catarinense. **Revista Linhas**, v. 13, n. 1, p. 132-146, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2440/2046> Acesso em: 15 mai 2022.

PEREIRA, Nereu do Vale. Santa Catarina – uma interpretação sociológica: aspectos microrregionais. In: PEREIRA, Nereu do V. et al (Org.). **Ensaio sobre Sociologia e Desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. EDEME, 1971, p.13-34.

SACHET, Celestino, Ensino Superior e Desenvolvimento Regional. In: PEREIRA, Nereu V. et al (Orgs.). **Ensaio sobre Sociologia e Desenvolvimento em Santa Catarina** Florianópolis: Ed. EDEME, 1971, p.59-88.

SIEWERDT, Maurício José. **Uma Caixa de Pandora: crítica à expansão do ensino superior catarinense no período 1960-2010**. Florianópolis: Editoria Em Debate (UFSC), 2018. 374 p

SILVA, Elizabeth Farias da. **Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)**. 2000. 291 f. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

TABALIPA, Adalberto Teodósio et al. A "crise" das instituições de ensino superior comunitárias da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE). 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169360> Acesso em: 15 mai 2022.

THOMÉ, Nilson. Gênese da educação superior na região do Contestado (SC). **ETD-Educação Temática Digital**, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/618> Acesso em: 15 mai 2022.

\_\_\_\_\_. **Primeira história da educação escolar no Contestado.** Caçador: UnC, 2002. 143 p.